

PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO X — N.º 107 — SÃO PAULO, JUNHO DE 1966 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, — SALA 2 — CAIXA POSTAL — 62 48



Estudantes prêso dirigem-se à Nação

Os estudantes portugueses que se encontram presos dirigiram à Nação, no passado mês de fevereiro um extenso e vibrante Manifesto em que analisam a situação criada em Portugal pela permanência de um regime fascista e expõem pormenorizadamente o que tem sido a perseguição à Universidade por esse mesmo regime.

É a parte final desse importante documento que abaixo reproduzimos:

“Para nós, a Universidade é essencialmente o conjunto de jovens que, como complemento ao seu trabalho académico diário, defenderam sempre e não deixarão de defender os seus interesses e tudo o que afete o prestígio da universidade como instituição.

A Nação passa por alto alguns dos nossos problemas mais vitais. A severa censura à imprensa é uma arma terrível no antigo conflito entre a força e a razão.

O Governo trata de ocultar à Nação o trabalho que está sendo realizado pelas Associações Acadêmicas na defesa dos interesses sociais, económicos e culturais dos estudantes e o valor destas como instrumento de educação cívica e de preparação pre-profissional.

Trata de ocultar à Nação o que caracteriza os verdadeiros homens,

quer dizer, a capacidade de identificar claramente os interesses do País e de interpretá-los e defendê-los sem egoísmo e o fato de que esses homens autênticos têm sido vítimas da perseguição da polícia sob o já mencionado pretexto de “atividades contra a segurança do Estado”. Essas são pessoas que, no referente a Portugal, fizeram o possível para honrar o País no terreno da cultura, das artes e da ciência.

O Governo trata de esconder à Nação o fato de todas as correntes da opinião pública ou religiosa que têm uma base comum na dignidade do homem e na sua promoção em todos os campos, tratarem, através da tolerância e do diálogo, de obter uma gradual redução das tensões. Isto já foi expresso pelos elementos mais representativos e melhor qualificados para tal em todo o mundo.

O Governo trata de ocultar à Nação o fato de o direito à liberdade de associação e à livre manifestação do pensamento, o direito à informação e à verdade, o direito a condenar todos os métodos de censura ou de falsificação dos fatos, o direito à dignidade do trabalho, o direito à integridade da pessoa humana, o direito à saúde e à assistência social e o direito à opinião pública serem conquistas históricas da humanidade hodierna. Não há política nem censura que possam sufocá-los ou restringi-los.

Do mesmo modo trata de ocultar à Nação o fato de estarmos presos pela Polícia Política assim como os métodos criminosos a que estão recorrendo.

Devemos declarar que muitos de nós fomos mantidos em rigoroso isolamento por períodos de um a três meses, fechados em masmorras que são chamadas “curros” e “segredos”. São verdadeiros tumulos, feitos de ferro e silêncio, onde fomos debilitados física e psicologicamente.

Devemos declarar que a nação portuguesa é ainda vítima da in-

(Conclui na pág. 7)

Um passo atrás dois passos em frente

Mais uma onda de repressão se abateu recentemente sobre a oposição portuguesa: alguns elementos, dos mais corajosos entre os que participam da luta contra o fascismo, foram detidos em Lisboa. Este novo golpe assestado contra as nossas lutas levanta, entre outros, um problema sobre o qual importa fazer, desde já, algumas considerações. Em primeiro lugar, devemos recordar que golpes como este mostram a força atuante da oposição. A repressão exercida pelo fascismo, selvagem e brutal, vem comprovar, como é incômoda para o Estado Novo a organização que corajosamente o combate. Onde há capacidade de luta haverá que esperar do outro lado, a força da repressão. Só podem considerar-se completamente a salvo aqueles setores onde não há espírito de combate, onde não existe a aceitação passiva das condições impostas pelo inimigo. Todo o lutador contra o salazarismo, quando se lança ao combate, sabe bem que na parte contrária da barricada existe um poderoso aparelho repressivo: a sua coragem consiste, precisamente em, sabendo que existe esse perigo, se dispor a enfrentá-lo.

O reconhecimento desta situação, entretanto, não impede alguns opositoristas de manifestarem uma exagerada sensação de desânimo quando a repressão nos atinge. Esta posição corresponde àquilo a que costumamos chamar o “círculo vicioso”: pretendem os que a sustentam demonstrar de forma falsa como a seguir veremos — que a organização do esquema político da oposição se desenvolve sempre da seguinte maneira: a oposição vai crescendo até atingir um ponto em que, dado o seu próprio vulto, se torna tão vulnerável que a PIDE lhe assesta então com relativa facilidade um golpe que a derruba, fazendo voltar tudo à estaca zero. Alguns exemplos, retirados da história do anti-fascismo português nos últimos vinte anos, podem ilustrar esta conclusão derrotista.

Esses mesmos exemplos, entretanto, vão nos servir para mostrar a falsidade desta evidência. Na verdade, tudo quanto ocorreu a partir de 1946 no nosso país vem provar que o “círculo vicioso” não existe. Quando a repressão atingiu o Move-

mento de Unidade Democrática, as perdas foram grandes e evidentemente lamentáveis. Mas no momento em que a luta recomeçou, com a candidatura Norton de Matos, não se partiu da estaca zero: a organização do MUD, a experiência das batalhas travadas, permitiram estruturar de forma mais sólida as inesquecíveis jornadas de 1949, que sem o MUD não teriam sido possíveis. Aconteceu o mesmo com o Movimento Nacional Democrático: as prisões, as agressões, o sacrifício de homens da tempera de Ruy Luis Gomes e José Morgado são outros tantos argumentos contra a imagem do retorno ao zero: quando se voltou ao plano da luta em grande escala, com a campanha do General Delgado, a base era bem mais segura, e foi possível forçar o fascismo a concessões bem maiores, que sem esse sacrifício ele não teria consentido. A repressão após a campanha de Delgado foi, como todos se recordam, desbaratadora. Assim mesmo, a oposição saiu com novos ímpetus, em 1961, para mais batalhas, que culminaram, no primeiro semestre de 1962, com a mais séria seqüência de vitórias de toda a história da oposição: 31 de janeiro e 8 de março no Porto, respectivamente 50.000 e 20.000 pessoas em manifestações de rua; 1.º de maio em Lisboa, 100.000 manifestantes e domínio do centro da cidade durante algumas horas; 8 de maio, outra vez em Lisboa, dezenas de milhares de manifestantes.

Como teriam sido possíveis estas provas de força, se a oposição tivesse partido do nada, depois da campanha de Delgado? O que a história demonstra, portanto, é que o combate recomeça, após o período repressivo, sempre num ponto mais adiantado no caminho que nos levará à vitória. As perdas infligidas à oposição, por maiores que sejam, atingem uma percentagem cada vez menor dos efetivos totais. Não há razão portanto para acreditar na concepção derrotista do “círculo vicioso”. A nossa campanha segue inflexível, por uma linha em direção ao objetivo: a cada eventual passo para trás correspondem infalivelmente dois passos para a frente.

PORTUGAL
DEMOCRATICO

Nesta Edição:

- ★ III Conferencia Americana de Anistia para os presos políticos portugueses pag. 8
- ★ Em liberdade Lindim Ramos João Raimundo e José Carreira Pag. 8
- ★ Lutas Populares pag. 4
- ★ Colonialismo Pag. 4
- ★ O fascismo e as crianças Pag. 5
- ★ Artigos de Sarmiento Pimentel, Francisco Vidal e Lopes Mendes.

Rumo à vitória

PORTUGAL DOMINADO PELO IMPERIALISMO

Finda a publicação do capítulo sobre a situação das classes trabalhadoras, continuamos a divulgação do importante trabalho "Rumo à Vitória" inserindo a seguir uma parte do capítulo "Pela libertação de Portugal do Domínio Imperialista". Em nossa edição de Janeiro de 1965, publicamos, sob o título acima, a parte inicial deste capítulo, onde se denunciava a infiltração de capitais estrangeiros nos principais ramos da economia nacional. Aconselhamos por isso os nossos leitores a lerem aquela matéria para melhor compreensão da que se segue.

"Nenhum português, em quem não esteja morto o amor por Portugal, pode deixar de sentir-se profundamente indignado por esta situação e decidido a pôr-lhe termo.

Mas Salazar e os salazaristas, que têm sempre na ponta da língua as palavras "defesa da pátria" e "defesa dos interesses nacionais", têm no coração e nos actos inscrita a palavra traição. Não só são os responsáveis, nos 38 anos de ditadura, pelo agravamento dos laços de dependência que nos conduziram à trágica situação actual de país semi-colonial, como procuram ainda hipotecar completamente o futuro do país e entregar ao imperialismo aquilo que resta fóra das suas garras.

Procurando sair das dificuldades financeiras provocadas pela desastrosa política de guerra nas colónias, apelam abertamente para os imperialistas, acenam-lhes com as matérias-primas e a força de trabalho a baixo preço em Portugal e nas colónias portuguesas. Tem um descaro tão novo e ofensivo esta propaganda, que a própria grande burguesia e os seus porta-vozes se vêm obrigados a referir-se a ela. Relatórios de bancos e companhias e editoriais da grande imprensa referem "a mudança da atitude do governo face aos capitais estrangeiros públicos e privados". Decerto não houve "mudança de atitude". Mas, se até recentemente o governo aceitava, permitia e facilitava a penetração imperialista, agora apela desesperadamente para ela. A "ordem" fascista, a "estabilidade" do regime, a repressão terrorista do movimento operário, a inexistência de sindicatos livres, o domínio de toda a política nacional, pelo capital financeiro, são apresentados aos imperialistas como as melhores garantias de chorudos lucros. Portugal (disse recentemente em Londres o presidente da Associação Comercial de Lisboa) "é o país da Europa que maiores oportunidades oferece actualmente para o investimento de capitais estrangeiros" (discurso de 31-12-63). "Venham, venham (dizem os fascistas), venham roubar, explorar, rapinar, tomar conta do resto. Isto é o paraíso para vós".

Eles de facto vêm. Nunca como agora se assistiu a um tão intenso rodopio de missões económicas, de enviados dos grandes trusts internacionais. A entrega do país é feita tendo tão pouco em conta os interesses dos trabalhadores e da nação portuguesa que os monopólios internacionais aproveitam avidamente.

Quase não há semana em que se não anunciem novas concessões aos imperialistas. No espaço de poucos anos, pela mão de Salazar, os imperialistas apropriaram-se de novos e importantes sectores da economia nacional.

Como não sentir raiva e indignação que obras que poderiam ter um papel importante para o desenvolvimento do país e a melhoria do bem-estar do nosso povo, estejam a ser entregues à voracidade dos imperialistas estrangeiros? Como não senti-lo, quando se vê os alemães porem pé na primeira siderurgia, base indispensável duma verdadeira industrialização e aí entravarem o progresso económico do país? E ainda os mesmos alemães a financiarem obras de rega no Alentejo, a animarem os planos de "reconversão agrícola", de aniquilamento da cultura cerealífera, de extensão indevida da floresta, com mira ao estabelecimento de fábricas utilizando a madeira como matéria-prima? E os americanos a tomarem conta da construção da ponte sobre o Tejo e adquirirem, por anos, o direito de cobrar bilhete a todos os portugueses que queiram atravessá-la? E os franceses lançarem a mão ao fabrico da vidraça (Covina) e aos transportes aéreos? E os suecos e holandeses a assegurarem forte posição nos novos grandes estaleiros navais de Lisboa? E os japoneses a prepararem o salto para modernos ramos de indústria? E os alemães, franceses, americanos, ingleses, todos à porfia, à caça dos baixos salários pagos aos operários portugueses, a lançarem linhas de montagem de automóveis? E uns e outros, a tomarem conta de velhas empresas ou a instalarem novas, alargando mais e mais os tentáculos exploradores ao que na economia portuguesa estava ainda fóra do seu controlo?

Podem alguns perguntar: Mas que interessa à classe operária que sejam uns ou outros a explorá-la? Sim, interessa e grandemente. O domínio imperialista estrangeiro, não só tem as consequências atrás referidas, como cria uma dificuldade suplementar para a libertação do povo português: é a força económica, diplomática e militar que está por detrás dos monopólios estrangeiros, ou seja a força das grandes potências imperialistas.

Falamos do domínio dos monopólios estrangeiros, falamos do domínio dos monopólios portugueses, mas isto não significa que exista hoje uma funda contradição entre eles.

Na sua grande maioria e, como regra, na formação de novas sociedades, os monopólios estrangeiros não aparecem isolados em Portugal. Eles ligam-se a todos os grupos financeiros portugueses, subornam-nos, dominam-nos. De nenhum grande grupo industrial e financeiro português se pode hoje dizer: "Este é só português". Todos têm os seus interesses

associados, em maior ou menor grau (mas sempre considerável), aos capitais estrangeiros em Portugal: o grupo Manuel Pinto Azevedo — Banco Borges & Irmão nos pneus e electricidade; o grupo Delfim Ferreira — Banco Atlântico na banca, electricidade e colónias; Sommer Champalimaud na siderurgia, carvões e cimento; o Banco Espírito Santo nos petróleos; a CUF nos artigos eléctricos, cobre, adubos, estaleiros, transportes marítimos, tecidos.

Esta ligação torna-se cada vez mais estreita. Lançados pelo próprio desenvolvimento do capitalismo em empreendimentos cada vez mais vastos, querendo estender os tentáculos cobiçosos a novos sectores, forçados a entrar na concorrência dos mercados internacionais, os grupos monopolistas portugueses sentem ser insuficiente para tal a mais-valia apropriada nas próprias empresas e mesmo no quadro fechado da economia portuguesa. Dizem-no abertamente. O banqueiro Cupertino de Miranda afirmou não há muito que "no nosso país, as limitações de possibilidades próprias levaram a considerar, para além do recurso ao crédito interno, o recurso ao crédito externo a médio e a longo prazo como fonte indispensável de financiamentos externos. Muitos milhões de contos de capital estrangeiro, sobretudo dos Estados Unidos e Alemanha, têm assim sido exportados para Portugal nos últimos anos, agravando a situação dependente do país.

Entre o capital financeiro português e o imperialismo estrangeiro há sem dúvida ainda contradições de interesses. Mas pretendendo embora cada qual talhar para si a maior fatia, é-lhes em geral fácil resolver os diferendos e chegar a acordos. A CUF e a SACOR lutaram longo tempo encarnadamente para a partilha do bolo dos adubos. Mas acabaram por entender-se na Petroquímica, nos Nitratos e na Sopotona. A associação entre os monopólios portugueses e os estrangeiros é hoje tão íntima, estão ligados por uma rede tão densa, que por vezes se confundem. É em muitos casos difícil de determinar, onde começa um e onde acaba outro.

Os monopólios portugueses e os monopólios estrangeiros tornam-se irmãos siameses na exploração do povo português e dos povos das colónias portuguesas, com a única diferença de estarem ligados, não pelas costas, mas pela barriga. Por isso nada se pode esperar, como factor sobre a vitória do fascismo, duma suposta contradição de interesses entre o capital financeiro português e o capital estrangeiro, que conduza o primeiro a uma posição nacional. O capital financeiro português partilha hoje voluntariamente com o imperialismo a exploração do nosso povo, torna-se um instrumento da dominação crescente de Portugal pelo imperialismo estrangeiro.

Três anos atrás, na base dum estudo minucioso, embora incompleto, calculámos que, do capital nominal de todas as sociedades, um pouco menos de um terço era estrangeiro ou dominado por este, um pouco mais de um terço, sendo embora português, tinha ligações de interesses com o capital estrangeiro; e apenas um terço era português independente do domínio, supervisão, fiscalização e associação do capital estrangeiro. Esta estimativa, que tem sido algumas vezes citada, deve já ter perdido a actualidade. Dadas as concessões feitas desde então aos imperialistas estrangeiros, é de concluir que a posição do imperialismo ainda mais se fortaleceu.

Nestas condições, os grandes monopólios estrangeiros, pelo peso do seu capital e pela sua associação com grupos portugueses que comandam o governo fascista, são em Portugal verdadeiros potentados, fazem o que lhes dá na real gana e conseguem ter uma influência determinante na orientação da economia e da política portuguesas. Que admirar que a Companhia Portuguesa dos Tabacos (portuguesa apenas no nome), ligada directa e indirectamente a sociedades cujos capitais nominais sobem a 1 milhão e 500 mil contos (10% do capital nominal de todas as sociedades), tenha podido a seu belo talante encerrar fábricas, despedir centenas de velhos operários com direito à reforma e abafar com arrogância as vozes discordantes? Que admirar que o grupo de petróleos Sacor (ligado ao Banco Espírito Santo) com um capital nominal conjunto de 1 milhão de contos, esteja em vias de ganhar posição preponderante em alguns dos sectores mais importantes da economia portuguesa: nos transportes ferroviários (dieselização dos caminhos de ferro), nos rodoviários (política da gasolina e do gasóleo), nos marítimos (frota petroléira), nos adubos químicos (Petroquímica, Nitratos), na produção de matérias plásticas e do alcool, etc? Que admirar que algumas semanas atrás tenhamos assistido ao anúncio, feito com grande pompa, da instalação no norte do país de uma nova refinaria da SACOR e de um complexo petroquímico que vão ainda alargar mais as já poderosas posições deste trust estrangeiro na economia portuguesa? Que admirar que a influência da SACOR e de outros trusts internacionais do petróleo determinem largamente a orientação no problema energético, colocando o desenvolvimento de sectores fundamentais na dependência dos combustíveis líquidos estrangeiros e dos interesses das grandes companhias?



A revista "Jeune Afrique" publicou o clichê acima com a seguinte legenda: Terão ingleses e portugueses deixado de se entenderem? Ninguém o dirá ao ver o sorriso aberto de Lord Waldon (à esquerda). Sub-secretário do Foreign Office que se deslocou especialmente a Lisboa para discutir a crise rodésiana com o dr. Nogueira, ministro dos Negócios Estrangeiros".

SALAZAR NA IMPRENSA MUNDIAL

"OS AMIGOS PORTUGUESES"

(...) Em decorrência da própria filosofia colonial de Portugal, baseada sobre a defesa do Ocidente, Lisboa apresenta-se como um aliado natural de todo o regime fundado sobre a supremacia branca na África. É o caso do regime rodésiano. Este podia, assim, desde o início contar com o apoio das autoridades portuguesas. Este não lhe faltou desde o dia 11 de novembro passado. A assistência portuguesa ao regime de Ian Smith consiste essencialmente em lhe proporcionar os meios de fazer malograr as sanções económicas e particularmente o embargo ao petróleo. Como a Rodésia não tem saída para o mar é pelo porto da Beira, em Moçambique, que se efetuam as principais operações marítimas para o petróleo destinado à Rodésia. O sr. François d'Orcival afirma que desde a instauração do bloqueio aos produtos petrolíferos em fins de dezembro, vários grandes petroleiros de 18.000 toneladas entraram na Beira com petróleo destinado ao oleoduto que abastece a refinaria rodésiana de Feruka. Os dois últimos — antes do Manuela, apreendido, e do Joanna V — arvoravam pavilhão venezuelano e haviam sido fretados pelo armador grego Jean Theodoracopoulos...

(...) A única solução capaz de por termo à rebelião dos colonos rodésianos é a força. Mas a opinião pública inglesa, após as garantias que lhe deram a esse respeito durante a recente campanha eleitoral, parece ainda menos disposta hoje do que ontem a admitir essa eventualidade.

(...) Entretanto, Ian Smith organiza-se militarmente. A prova temo-la nessa fantástica história — felizmente sem sequência — de compra de armas na Inglaterra no valor de três milhões de libras esterlinas. O ex-major britânico William Turp, figura bem conhecida no mundo dos traficantes internacionais de armas, acaba de revelar os pedidos que recebeu recentemente em Londres de um emissário de origem polaca que trabalha para uma firma portuguesa. O estranho cliente dizia pretender adquirir o equipamento necessário para uma unidade de cinco mil homens, constituída naturalmente de soldados portugueses. Informações posteriores revelaram tratar-se na realidade de armas e munições que se destinavam à Rodésia e que deviam passar por Lisboa em trânsito. E esse trânsito receberia tanto mais garantias quanto é em Lisboa que residem os irmãos Zoio, José e Luis, proprietários da firma do mesmo nome, encarregada de conseguir armas para a Rodésia. Como as diligências feitas junto do major inglês não deram resultado, os irmãos Zoio orientam agora noutro sentido as suas iniciativas. Se a África dos africanos pudesse mostrar-se tão empreendedora nos domínios que lhe interessam.

(in JEUNE AFRIQUE, 24 de abril de 66).

O FASCISMO E O AZEITE

Portugal foi sempre, através dos séculos, um grande produtor de azeite. Pois até isso a política agrícola do fascismo mudou. A produção das nações em concorrência aumentou regularmente desde a última guerra: a nossa caiu ou estacionou. Hoje, não só deixamos de ser uma nação exportadora, como até, em certos anos, temos de importar azeite. Apesar do alto preço desse género de primeira necessidade. Contra números não há argumentos. Do terceiro lugar que ocupávamos passamos para o sétimo, depois da Itália, Espanha, Grécia, Tunísia, Turquia e Argentina. Marrocos e Argélia não tardarão a ultrapassar-nos.

TABELA DE ASSINATURAS

Países	Preço anual	Exemplar Avulso
Estados Unidos, Canadá e América Latina	US\$ 5,00	US\$ 50 cents
Inglaterra	£ 2-0-0	4 sh.
Alemanha	DM 20,00	DM 2,00
Bélgica	FB 270	FB 30
França, Argélia e Marrocos	NF 25	NF 2,50
Holanda	DGld. 20	DGld. 2
Suiça	FS 20	FS 2
África do Sul	R: 4,00	4 sh.
Portugal	Esc: 150\$00	15\$00
Assinatura Especial para qualquer país	US\$ 10,00	
Via marítima:		
Portugal	Esc: 25\$00	2\$50

Nolas e comentários

Progresso nas lutas de massas

Embora a consciência política das massas em Portugal esteja ainda longe de atingir nível desejado, o que só por si confere um carácter idealista às teses dos que consideram haver condições para o imediato desencadeamento de ações que conduzam ao processo insurrecional, não há dúvida que se têm registrado sensíveis progressos nesse campo. O trabalho de organização desenvolvido nos setores operário e camponês pelas forças patrióticas que dirigem a luta contra o fascismo tornou possível a amplitude de cada vez maior que vêm assumindo as lutas reivindicativas, reforçando em todos os escalões da sociedade portuguesa as convicções de que será o ascenso a um nível superior do combate das massas que propiciará as condições indispensáveis ao êxito do levantamento nacional. Não falando já do que se passa no terreno militar, onde o número de deserções aumenta cada dia e os choques nos quartéis, entre os soldados e a oficialidade fascista, são quotidianos, o panorama oferecido pela luta de massas é bastante animador, refletindo-se em estatísticas que trazem alarmado o próprio aparelho de repressão do regime. Vale a pena registar um balanço relativo aos últimos cinco anos: Nesse espaço de tempo registaram-se no País 103 greves e paralizações. Nada menos de 41 foram desencadeadas pelos assalariados rurais e verificaram-se em 32 localidades, sendo 20 no Alentejo, 3 no Ribatejo, 3 na Beira Alta, 1 em Trás-os-Montes e 5 no Algarve. No mesmo período houve 246 concentrações: 80 nas empresas, 76 nos sindicatos, 7 nas praças de jorna, 55 nas Casas do Povo, e 28 em locais indeterminados. Do total, 163 couberam aos operários industriais, dos transportes e comunicações, da construção civil, mineiros, portuários, pescadores, etc e 82 aos assalariados rurais. Verifica-se por outro lado, um crescente aproveitamento dos Sindicatos Nacionais como campo de lutas reivindicativas dos trabalhadores. São exemplo dessa tendência as assembleias gerais realizadas no sindicato textil da Covilhã e no sindicato dos metalúrgicos de Vieira de Leiria em 1963, no sindicato dos cortumes de Alcanena em 1964, no sindicato dos em-

pregados na imprensa e no dos portuários em Lisboa em 1965, no dos bancários de Lisboa, Coimbra e Porto em 1965, no dos Seguros de Lisboa, no mesmo ano, etc. Algumas dessas assembleias tiveram a participação de mais de 2.000 trabalhadores, o que mostra o interesse e a importância das lutas que vêm tendo como palco os sindicatos fascistas.

Brasil e Africa

O fascismo português alimenta há muito o sonho de comprometer o Brasil com a sua política colonial. É uma velha esperança de Salazar e todos sabem que o projecto ditador não é homem para desistir facilmente. Não é de estranhar assim que as mínimas oportunidades sirvam às autoridades fascistas e aos agentes brasileiros que aqui as representam para tentar envolver o Brasil levando-o a dar o passo que... o tornaria alvo da hostilidade de três dezenas de republicas africanas. Até agora, esses esforços falharam. Embora usando de uma linguagem extremamente moderada e denotando a preocupação de não ser desagradável ao governo de Lisboa, o chefe do governo brasileiro, marechal Castelo Branco, deu a resposta indirecta a Salazar durante a visita de Senghor, vincando no comunicado conjunto que Brasil era contrário a todas as formas de colonialismo.

Posteriormente, Salazar lançou mão de novos métodos. Inventou a história dos "portos livres", oferecendo ao Brasil essa negação, como tentadora miragem para entrar em África. A repercussão da iniciativa foi, contudo mínima, apesar dos esforços desenvolvidos a seu favor pelos propagandistas do fascismo salazaristas neste país. Agora apareceu por aqui uma missão comercial portuguesa cujos membros falaram muito e assinaram uns papéis sem valor que não passam de uma vaga declaração de intenções de entidades privadas. O chefe dessa missão, o eng. Carlos Alves é uma espécie de caixeiro-viajante do fascismo e os disparates que debitou nas suas arengas retóricas não merecem que se lhes dedique qualquer atenção. Aliás, por motivo que não cabe aqui expor, a tão propalada intensificação do intercambio comercial luso-brasileiro (inexistente) permanecerá por ora no terreno das coisas realizadas.

Mais digna de atenção é, porém, a campanha que certos brasileiros influentes, desencadearam durante a visita dessa missão, voltando a agitar a desacreditada história dos "portos livres". Num longo artigo consagrado ao assunto o sr. Carlos Lacerda distorceu os fatos ao ponto de afirmar que seria essa para o Brasil a única maneira de penetrar nos mercados africanos. Não é necessária muita sagacidade para perceber que a afirmação é de um absurdo gritante. No momento em que as nações africanas consideram insuficientes as medidas tomadas pelo Conselho de Segurança a propósito da crise da Rodesia e se organizam, dentro e fora da ONU, para formar uma sólida frente comum contra o bloco fascista da Africa Austral dirigido por Verwoerd, Salazar e Ian Smith, a abertura de entrepostos comerciais brasileiros nos portos de Angola e Moçambique — boicotados por mais de trinta Estados do continente — seria exatamente o caminho mais curto para que o Brasil se visse excluído dos mercados africanos, tornando-se alvo da inimizade de mais de duzentos milhões de pessoas.

32 milhões de contos de deficits

As estatísticas publicadas regularmente pelos próprios órgãos a serviço do Estado Fascistas continuam a desmentir o que a propaganda salazarista vem dizendo sobre a "solidez económica e financeira da conjuntura portuguesa". O ultimo numero relativo a 1965 do Boletim do Instituto Nacional de Estatística insere, por exemplo, alguns numeros de significado alarmante. Só no ano passado o deficit da balança comercial da "Metropole" foi de 9.394 mil contos o que somado aos quatro anos anteriores perfaz para o quinquenio que acaba de se encerrar um total negativo de 32.848 mil contos, soma que vertida para a moeda do país do Tio Sam equivale a mais de um bilhão e 100 milhões de dólares...

Até o jornal "O Século", habitualmente tão pronto e servil nos elogios ao talento financeiro do professor de Santa Comba, se mostra assustado com o descalabro expresso nessa cifra, acentuando em artigo recente que "é uma soma que ultrapassa todas as actuais possibilidades da economia portuguesa". A tendência, aliás, é para um agravamento constante. A media dos deficits que fora de 5.863 mil contos nos ultimos quatro anos, elevou-se agora para o quinquenio,

fixando-se em 6.569 mil contos. Considerando apenas o comércio especial com o estrangeiro houve uma redução do volume das exportações (1.367 mil contos) e uma expansão do volume das importações e uma alta do seu valor medio (2.810 e 3.222 mil contos).

Esses numeros não são, desgrazadamente, de molde a surpreender-nos. Outro não podia ser o resultado de uma política que entrega as riquezas nacionais aos monopolios estrangeiros e aos seus representantes no País que vem liquidando sistematicamente a pequena lavoura em beneficio do latifúndio e que envolve a juventude portuguesa numa guerra colonial monstruosa que custa anualmente mais de 200 milhões de dólares. "O Século" não vê saída. Mas ela existe: é o derrubamento do fascismo!

Solidariedade aos Estudantes Portugueses

A luta dos estudantes portugueses em defesa dos seus direitos associativos e contra a prepotência fascista que pretende transformar as universidades em meros apêndices do Estado salazarista ultrapassou definitivamente o quadro político nacional para se transformar em problema de permanente interesse para a opinião pública internacional. O que este ano se verificou por ocasião da passagem do dia 24 de Março constitui a mais eloquente das provas, assinalando ao mesmo tempo uma grande vitória do povo português em geral. Foi esse dia, como se sabe, considerado, por decisão da União Internacional dos Estudantes, Jornada Internacional de Solidariedade aos Estudantes e à Juventude de Portugal. Já em 1965 as manifestações realizadas em todo o mundo assumiram alta expressão, numa clara confirmação de que o combate dos universitários portugueses contava com o apoio atento e actuante de milhões de jovens em todo o mundo. Entretanto, este ano, foram verdadeiramente impressionantes as proporções do movimento de solidariedade no 24 de Março. A ultima Jornada de Solidariedade aos Estudantes de Portugal constituiu uma autentica consagração mundial da luta da nossa juventude e, bem se pode dizer, do nosso povo. Não há exagero na afirmação de que os telegramas e manifestações de apoio aos nossos estudantes choveram de todos os lados. Quase uma centena de entidades nacionais de estu-

dantes fizeram questão de endereçar mensagens quer ao grande comício de Praga, promovido sob os auspícios da UIE, quer à União dos Estudantes Portugueses da França, quer ao conclave internacional de estudantes que então se realizava em Itália e que aprovou vibrantes textos sobre a luta da juventude universitária portuguesa, quer ainda protestos às autoridades fascistas de Lisboa. Também no Brasil, o 24 de Março teve repercussão. Várias associações de estudantes expuseram nas suas sedes recortes do nosso jornal sobre a luta estudantil em Portugal e o Grémio da Faculdade de Filosofia que acompanha desde sempre atentamente o combate anti-fascista do povo português, manifestou a sua adesão à ideia do 24 de Março afixando o belo cartaz da Jornada Internacional de Solidariedade ao Estudante Português.

Não estão pois sós na sua heróica luta os estudantes portugueses. Não lhes falta o calor do apoio fraternal de milhões de companheiros de todas as nacionalidades. Podemos dizer como o presidente da UIE na sua mensagem de Ano Novo aos jovens estudantes prêsos: "Vocês não estão sós. Milhões de estudantes progressistas que amam a paz, a liberdade e a democracia encontram-se firmemente a vosso lado".

Rodesianas...

No momento em que escrevemos estas linhas a crise rodesiana não havia saído do beco onde se acha mercê da política dúplice do governo britânico.

Salazar, agindo à sua maneira, finge acreditar no desejo real do governo de Londres de liquidar a "independência" dos seus aliados de Salisbury e daí as torrentes de recriminações que a imprensa fascista de Lisboa continua a despejar sobre a "perfidia aliada britânica". Para além dessa fachada, o ditador sabe perfeitamente que Harold Wilson se entende às mil maravilhas, nos bastidores, com Ian Smith. E a prova temo-la no restabelecimento do diálogo. Sem quaisquer condições prévias, Londres dispôs-se a iniciar negociações com o grupo fascista que se apossou do poder na sua ex-colónia e a missão de Salisbury teve uma acolhida cordial... Salazar tem também os seus motivos para estar contente, pois o "premier" britânico já manifestou a sua concordância com o ponto de vista daquêles que entendem ser dever do governo de Sua Magestade indenisarem a companhia (chamam-lhe portuguesa, por ironia) proprietária do oleoduto Beira-Unta-

Lutas Populares

CONSTRUÇÃO NAVAL — Os operários do setor Construção Naval do distrito de Lisboa, na defesa das suas justas reivindicações, vêm nos últimos meses lutando corajosa e organizadamente contra a exploração de que são vítimas. Esses trabalhadores encontram-se divididos por quatro sindicatos: o dos Pintores Navais, o dos Carpinteiros Navais, o dos Metalúrgicos e o dos Eletricistas. O Primeiro sector é o que se tem mostrado mais actuante e combativo. Em 1965 conseguiram os pintores navais um encontro colectivo de trabalho que já foi assinado pela Lisnave e empresas subsidiárias. O referido contrato garantia aumentos superiores a 10 escudos para os oficiais e de 8 escudos para os ajudantes. Por sua vez, os carpinteiros navais tratam também de forçar a assinatura de novo contrato colectivo.

No ano passado realizaram-se várias reuniões entre os presidentes dos quatro sindicatos com vista à fusão num único: o Sindicato das Construções Navais. Esses entendimentos esbarraram, contudo com a intransigente oposição do patronato.

LAGOS — Os 200 operários da fábrica de cortiça CAFI paralizaram aquela importante unidade industrial na sequência da luta que vêm travando. O pessoal vinha há muito manifestando o seu descontentamento porque o pagamento é sempre feito à quinzena e com atraso. Recentemente, ao serem informados que "não havia dinheiro", resolveram que ninguém saísse da fábrica e que todos se recusassem a pegar no trabalho. Cnamada a GNR, os operários responderam: "Não pegamos no trabalho, queremos o nosso dinheiro." Depois da Guarda Republicana chegou a PIDE que realizou imediatamente seis prisões. Apesar de todas as ameaças e violências nenhum operário voltou ao trabalho nesse dia. Os seis presos que estiveram detidos durante cinco dias, foram despedidos.

CUF — Numa das primeiras reuniões deste ano da Comissão Interna, os delegados operários exigiram que a Administração do poderoso monopólio chame os chefes, proibindo as perseguições de que vêm sendo alvo os delegados e subdelegados da referida Comissão. Pediram também que seja concedido a todos os trabalhadores o subsídio da renda de casa de que beneficiam já os engenheiros. Nas fábricas do Barreiro prossegue o movimento de protestos contra as normas que agora regulam o chamado "merito". Na secção de fiação houve uma paralização de 15 minutos em sinal de protesto. Continuam as manifestações de desagrado contra a conduta do engenheiro fascista Bento Louro, que persiste na sua política de transferir operários qualificados de uma secção para outra, ao sabor da sua fantasia.

SETUBAL — Na Guérin houve uma paralização do trabalho. Essa iniciativa dos operários foi uma resposta ao corte do "prémio". A fim de reduzir este, a administração aumentara já os índices de produção exigidos do pessoal.

GOLEGÁ — Realizou-se nesta vila uma manifestação de mulheres. Aos gritos de "temos fome" assaltaram o maior celeiro da povoação entrando depois numa grande loja onde atiraram todo o recheio à rua. A GNR, em face das disposições da multidão que presenciava o espetáculo, não interveio. Um guarda chegou a apanhar com um par de sapatos na cara, ao fazer uma observação a uma das mulheres que participavam na invasão do estabelecimento.

ALHOS VEDROS — Na firma Aldemiro & Mira, a exploração dos trabalhadores é tradicional. As horas extraordinárias são pagas como normais. Recentemente um grupo de operários dirigiu-se ao patrão esclarecendo-o de que doravante ninguém faria horas extraordinárias, se as mesmas não fossem pagas como tal. O sujeito, depois de contemporizar, fez pressão sobre as aprendizas, conseguindo que estas aceitassem as imposições recusadas pelo resto do pessoal. Uma operária grávida foi despedida ao pedir a sua transferência para serviço mais leve...

VILA FRANCA DE XIRA — A empresa IDAL (concentração de tomate) acaba de dar aos encarregados um aumento que representa para eles um tremendo prejuizo. Aumentou-os de 3.000 escudos para 3.500 mensais, mas suprimindo as horas extraordinárias. Cabe assinalar que durante os meses da colheita os mesmos funcionários chegavam a ganhar 7.000 escudos por mês, mercê justamente das horas extraordinárias.

SÃO PEDRO DA COVA — Quando em fins do ano passado uma comissão do pessoal do exterior das Minas de São Pedro da Cova apresentou à administração um pedido de aumento de salários esse aumento foi-lhe prometido para o início de 1966. Entretanto, só em Março e após se saber que o pessoal estava disposto a ir à greve, foi concedido o "aumento": quatro escudos para os homens e dois para as mulheres.

CARRIS DO PORTO — Os trabalhadores da STPC que vem lutando corajosamente pelo direito de utilizarem os serviços médico-sociais de que estão praticamente privados, decidiram estender a luta ao campo salarial. Tudo leva a crer que "a cera" seja a forma de luta escolhida inicialmente. As grandes concentrações que o pessoal realizou recentemente fortalecem extraordinariamente a unidade de classe.

CORDOARIA NACIONAL Esta empresa do Barreiro, em franca expansão, não deu qualquer gratificação ao pessoal por ocasião do Natal. Esse gesto indigno profundamente o pessoal que se organizou e, na própria noite de Natal, foi apedrejar os escritórios, danificando o material ali guardado. Na noite seguinte dois carros da empresa que se achavam estacionados perto da fábrica quase foram destruídos pelos operários.

MONTEMOR-O-NOVO — Os operários rurais desta região conquistaram, durante a última apanha da azeitona jornas de 35 escudos para os homens e de 20 escudos para as mulheres, com o horário de 8 horas. Como alguns latifundiários quisessem impor salários mais baixos, houve ranchos que fizeram várias paralizações, para tornar vitórias as suas exigências mínimas.

BARREIRO — A família Melo mostra-se exasperada com o malogro da "excursão" de trabalhadores que havia organizado a fim de que participassem da última manifestação fascista na Praça do Município, em Lisboa, de "desagravo" ao manifesto da oposição democrática. Previamente, uma circular amplamente distribuída em todas as fábricas do Barreiro pedira a comparencia de todos os trabalhadores na manifestação, esclarecendo que a Companhia punha à sua disposição um barco especial e pagaria as horas de trabalho perdidas com essa viagem. Entretanto, apesar de todas as facilidades, dos 8.500 empregados da CUF residentes no Barreiro e imediações apenas aceitaram o convite duas dezenas... de fascistas.



Em vastas regiões da Guiné, de Angola e de Moçambique que, intensifica-se a luta armada pela libertação nacional desses territórios. Como não pode levar a melhor sobre os patriotas que enfrentam de armas na mão o poderoso aparelho militar do fascismo, Salazar vinga-se desencadeando uma feroz repressão sobre as populações indefesas. O quadro que acima reproduzimos, do pintor angolano Henrique Abranches, tem precisamente por tema a REPRESSÃO.

Colonialismo e Anticolonialismo

Angola

Situação e perspectivas da luta de libertação

Para informação dos leitores damos abaixo alguns excertos do memorando apresentado à ultima reunião da Organização da Unidade Africana pelo Movimento Popular de Libertação de Angola, sobre os problemas relativos à luta pela independência desta colônia. Escolhemos estes trechos pela visão atualizada e de conjunto que fornecem acerca da luta do povo angolano e suas perspectivas a curto prazo.

"PORTUGAL DEMOCRATICO"

O nosso jornal, que nunca desde o seu primeiro numero, viveu em situação desafogada, atravessa novamente uma fase de graves dificuldades financeiras, mercê do aumento constante de despesas, que não é contrabalançado por um acréscimo correspondente de receitas. No ultimo ano aumentaram os custos do papel, da composição e impressão, da clicheria e do correio. Seria necessário que os nossos contribuintes e assinantes do Brasil, pelo menos, elevassem numa proporção equivalente à perda do poder aquisitivo do cruzeiro a ajuda que nos dispensam. Raros, entretanto, o puderam fazer.

Este apelo tem por fim lembrar-lhes esse dever de solidariedade a um jornal que é uma das raras tribunas da luta contra o fascismo salazarista — e a unica que no exterior se mantem na brecha há mais de 106 meses!

Queremos, porem, acentuar que as contribuições extraordinárias vindas do Exterior tem representado nos ultimos anos, em momentos difíceis como o actual, o factor decisivo para o equilibrio dos nossos precários orçamentos. Fazemos assim um apelo a todos os nossos amigos residentes fora do Brasil para que venham em nosso auxilio.

Em CABINDA, os nossos guerrilheiros causaram centenas de perdas em homens e material às forças colonialistas e levam atualmente a efeito operações de desgaste, de reconhecimento das posições do inimigo e do território com vistas a uma grande ofensiva que permitirá, num futuro próximo, a libertação e o controle de todo o distrito de CABINDA. Presentemente, 25% deste território já se encontra libertado e sob o controle dos nossos combatentes. O M.P.L.A. consagra-se agora à organização civil destas regiões promovendo o regresso das populações às suas terras de origem. Preparamo-nos para pôr em funcionamento escolas e dispensários a fim de que a vida recomece para os milhares de crianças, mulheres e velhos que abandonaram as suas aldeias em virtude dos bombardeamentos criminosos realizados pelos colonialistas portugueses. O M.P.L.A. já editou cadernos escolares para crianças e adultos e ministra cursos intensivos de enfermagem e assistência social que permitem às mulheres refugiadas voltarem às suas terras e cuidarem da população.

Aos nossos quadros político-militares são dados cursos de formação política e sindical e outros, ao mesmo tempo que no interior de Cabinda os novos recrutas são iniciados na formação militar e são criadas milícias populares cuja tarefa será a defesa da população civil. Noutras regiões realiza-se um trabalho intensivo de mobilização e de enquadramento das populações que se encontram nas montanhas e nas florestas, com o fim de evitar erros do passado e fazer com que a luta se reinicie nas melhores condições e em bases susceptíveis de acelerarem o processo de libertação do nosso país.

Nas cidades, o M.P.L.A. já pôs em ação os seus grupos clandestinos que, ultimamente, em LUANDA, capital de Angola, fizeram ir pelos ares grandes estabelecimentos industriais, enquanto a palavra de ordem do M.P.L.A. surgia por toda a parte, mesmo nos bairros europeus, incitando o povo a não se deixar ilu-

dir pela propaganda colonialista e a preparar-se corajosamente para enfrentar a repressão colonialista e fascista portuguesa.

"O M.P.L.A. também está presente nas regiões Sul e Leste do país. Graças à compreensão e a solidariedade ativa dos povos e governos da Tanzânia e da Zâmbia, realizamos um trabalho de mobilização e de enquadramento de massa que presentemente se processa num ritmo acelerado, com resultados muito animadores. Os nossos quadros voltaram a ter atividade no interior de Angola e já existem núcleos de resistência popular operando no próprio coração do território".

Seria difícil evidenciar melhor o fracasso das manobras de obstrução levadas a cabo por certas potências contra os patriotas angolanos, nas quais as "autoridades" de Leopoldville, particularmente o fantoche Tshombé, não foram mais que simples agentes. Apesar dos prejuizos que tais potências impuseram à causa da independência do povo angolano, este não foi detido em suas aspirações e está novamente de pé para desencadear uma nova ofensiva, talvez a ofensiva final, contra o colonialismo. Não apenas contra o colonialismo português, mas contra todos os colonialismos que a coberto daquele se insinuaram na terra angolana.

NOVA DIREÇÃO DA J. P. P. DA VENEZUELA

A Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela, um dos núcleos democráticos portugueses do Exterior que mais intensa e valiosa atividade vem desenvolvendo na luta comum pelo derrubamento do fascismo salazarista elegou em abril passado nova direção. A Assembléa Geral elegeu por unanimidade a lista única que lhe foi submetida e que apresenta a seguinte constituição:

Secretariado da Organização: Paulo Coelho de Almeida, Fernando Natividade, José da Costa Lopes e Ruben de Sousa; Secretariado de Propaganda: Carlos Francisco Píñheiro, João Lopes Martinho da Silva e Luís Manuel Lima; Secretariado de Finanças: António Gomes da Silva, Augusto Bernardo e A. Martins Ferreira.

O FASCISMO EXPLORA TAMBEM AS CRIANÇAS

São conhecidas as condições em que sob a protecção da legislação fascista, está organizada em Portugal a exploração dos trabalhadores. Nem os menores escapam a essa situação. Com o crescente numero de adolescentes que são contratados pelas grandes e médias empresas devido à falta de braços resultante da emigração em massa e da guerra colonial, esse aspecto particular da exploração do trabalho de menores vem causando uma onda de revolta. Començando o assunto, com todas as cautelas, por causa da censura, o jornal "Voz do Trabalho", órgão da Liga Católica, publicou recentemente o artigo que abaixo reproduzimos.

A propósito de um contrato coletivo

"Não há fazendeiro que engate o aparelho de albardão macho ou mula, antes da idade própria, sob pena de os tornar, para sempre, tristes e enfadados.

As crianças, porém, há quem não reconheça tais "privilegios" e daí o obriga a trabalhar desde o alvoro da manhã à plena noite e desde a madrugada até ao fim da vida.

Nos tempos do negro liberalismo, era normal exigir-se do operário o cumprimento de longos horários de trabalho. Mas o sistema foi condenado. Vieram os sindicatos, veio a protecção do Estado, vieram outras coisas boas.

Tinha-se, antes, alargado a todos os trabalhadores da indústria e do comércio o regime das oito horas. Ultimamente criou-se até um arranjo de "semana inglesa".

Que mais queremos nós, então? Queríamos, em primeiro lugar, que a pressão das necessidades da família não nos forçasse a aceitar e até a aceitar, por favor, do generoso patrão, os intermináveis prolongamentos e serões que nos fazem regressar, em humilhação, aos horários superlucros outrora com ânimo reneide.

Enquanto o uso e abuso das horas extraordinárias é aceite livremente pelo operário, temos sobretudo de lamentar a situação económica deste, que o coloca numa posição de atraso, e antes, de retrocesso social.

Quando, porém, a imposição de tal uso e abuso aparece como faculdade do patrão e obrigação do operário, por força dum cláusula de "contrato colectivo", assiste-se à instauração de um sistema pior do que aquele que vigorava com o negro liberalismo. Agora trata-se da vontade soberana dos patrões, garantida ou não por lei, mas, por ironia, protegida pelos tribunais criados a título de defesa dos direitos dos trabalhadores.

Porque nos a este desabafo, um amigo e leitor de "Voz do Trabalho", que nos enviou, cuidadosamente sumariando, o texto do contrato colectivo, homologado em Abril do corrente ano, para as indústrias de seriação de madeiras, aglomerados e madeiras prensadas, contraplacados e folheados.

Não cabendo em pequeno artigo uma referência mais extensa àquele documento, transcrevemos, a seguir, apenas algumas cláusulas das que mais impressionaram o nosso correspondente: — Cláusula 4.a § único — "Podem ser admitidos nas indústrias abrangidas pelo presente Contrato Colectivo de Trabalho indivíduos de ambos os sexos com mais de 12 anos de idade, desde que possuam as habilitações legais.

— Cláusula 41.a — "Com excepção das mulheres... os profissionais são obrigados a prestar serviço nas horas extraordinárias autorizadas supradictas, constituindo a recusa justa causa para despedimento por parte da entidade patronal, sem direito a qualquer indemnização, salvo caso de força maior ou motivo inadiável, devendo declará-lo, então, no início do

primeiro período de trabalho desse dia".

Referir-nos-emos, em primeiro lugar, ao problema do horário de trabalho.

O regime de oito horas, na indústria e no comércio, vigorou em Portugal desde o primeiro quartel deste século. Em 1928, ainda o governo da Ditadura Nacional ratificou a convenção de Washington, que urgia o cumprimento do mesmo princípio, relativamente às actividades industriais, o que significaria que ainda naquela data se considerava tal regime como absolutamente taxativo, intocável.

O Estatuto do Trabalho Nacional, porém, pelo seu art. 24.o, destruiu aquela rigidez, que era, anteriormente imposta pelo respeito devido à saúde e a vida familiar do trabalhador.

O aumento da duração do dia de trabalho, por força daquele mesmo artigo, passou a estar dependente "de preceito legal ou resolução corporativa, em determinados ramos de actividade económica, segundo plano apropriado aos interesses da Nação, das empresas e dos trabalhadores".

E acrescentava, ainda, aquele Estatuto: "os mesmos princípios condicionários sempre a aceitação de qualquer convénio internacional sobre as matérias deste artigo".

Na última transição, compreender-se-á o motivo porque não foram ratificadas diversas convenções da Organização Internacional do Trabalho, uma das quais, já ratificada por vários países, tende à generalização do regime de 40 horas semanais.

O Decreto n.º 24.402, de 1934, primeira regulamentação desta parte da doutrina do Estatuto do Trabalho Nacional, restringe a facilidade da prática de horários mais longos, deixando ao governo a faculdade de decretar apenas "em face de circunstâncias excepcionais e quando assim o impuser o interesse público".

Posteriormente voltou-se, de novo, ao espírito do Estatuto do Trabalho Nacional. Além disto, em nenhum dos novos textos legais se apresenta o limite de duração do dia de trabalho como uma imposição do respeito devido à saúde e à vida familiar do operário. E porque este fundamento não é, ao menos teoricamente, reconhecido ou simplesmente nomeado, entrou-se à vontade pela solução fácil das horas extraordinárias, tornadas obrigatórias "por via corporativa" como aliás previa o referido Estatuto do Trabalho Nacional.

Pós-se assim, à mercê da vontade gananciosa e desercionária dos patrões a duração do dia de trabalho. Simplesmente à mercê daqueles, dando que os requerimentos das empresas, que se salba, nunca deixam de ser deferidos, dando a impressão de que só se exigem para fiscalização e conferência dos 25 por cento para o Fundo Nacional do Abono de Família.

Por este modo, no declinar do século XX, não está em vigor no nosso país uma lei que limite a um período certo os horários de trabalho. Assim, a cláusula 39.a do contrato atrás referido, em vez de determinar que o regime de trabalho é o de 48 horas semanais, determina: "o regime normal de trabalho é o de 48 horas semanais". Na realidade, a par deste regime "normal" existe o outro, o que é anormal como facto jurídico social, mas que é normalíssimo no sentido de ser o que normalmente se pratica.

A necessidade de não nos alongarmos obriga-nos a tratar mais ao de leve a questão do trabalho das crianças, dos dois sexos, a partir dos 12 anos.

E simplesmente conflagrada a ideia de se dar trabalho, na indústria, a crianças desta idade.

A primeira Conferência Internacional do Trabalho, em 1919, fixou nos 14 anos a idade mínima de admissão ao trabalho na indústria. Mas o nosso Estatuto do Trabalho Nacional, promulgado em 1933, fixou-a nos 12 anos.

Neste caso, não se trata de uma distorção "por via corporativa". E

assim a Lei fundamental, conquanto pese, não digo já à O.I.T., nem ao consenso universal, mas às exigências morais duma religião que aqui começou a ser pregada vai para dois mil anos.

Para acalmar possíveis escrúpulos, no parágrafo 1.o da cláusula 11.a do Contrato a que nos referimos, afirma-se: "prevê-se, porém, que a partir de 1970 os menores desta idade" (12 anos) "não sejam admitidos."

É vontade de progredir que não podemos deixar de registar. Entretanto continua o massacre dos inocentes."

Trabalhadores portugueses da França contra Salazar

Em Champigny, na França, realizou-se no dia 17 de abril uma grande festa de confraternização entre trabalhadores portugueses e franceses.

No decurso da reunião foi lida e aprovada por aclamação a moção que abaixo reproduzimos e que foi, depois, enviada ao "presidente" Américo de Deus Tomás:

"Cerca de 700 trabalhadores portugueses reunidos na sala de espetáculos "Loisirs" em Champigny, por ocasião de uma festa de confraternização franco-portuguesa, protestam veementemente contra as medidas terroristas do governo fascista português, condenam o regime de obscurantismo e de miséria em que vive o Povo Português, manifestam a sua inteira solidariedade a todos os seus compatriotas que lutam em Portugal e aos patriotas de Angola, Moçambique e da Guiné dita portuguesa que luta pela sua independência e exigem a libertação imediata de Sofia Ferreira e José Vitoriano e uma anistia geral a todos os democratas presos".

INTERVENÇÃO DE UM OPERÁRIO PORTUGUÊS

Durante a reunião um operário português presente fez uma circunstanciada exposição sobre a situação existente em Portugal terminando com um apelo para que todos os trabalhadores portugueses da França colaborem na luta pelo restabelecimento em Portugal da democracia.

Reproduzimos a seguir uma breve passagem da intervenção desse nosso compatriota:

"A guerra colonial mais agrava as condições de vida do povo português. Além dos sofrimentos que inflige aos povos de Angola, Guiné e Moçambique, cuja única aspiração é libertarem-se da escravidão e alcançar uma vida livre e feliz, com a guerra, Salazar sacrifica o melhor da juventude portuguesa, deita mão de novos impostos que fazem subir os preços e aumenta continuamente o encarecimento do custo de vida. Para custear as despesas militares e obter apoio no estrangeiro, o governo entrega o melhor das riquezas nacionais nas mãos dos monopólios estrangeiros e compromete o futuro e a segurança do país com a instalação em Portugal de bases militares norte-americanas, alemãs e outras. Beja é hoje uma cidade ocupada por forças militares alemãs. Os Açores estão praticamente entregues aos americanos e também ao governo francês e as melhores regiões turísticas do país, como por exemplo no Algarve, pedaço a pedaço, estão a ser vendidas aos capitalistas estrangeiros. Há praias no Algarve por onde os portugueses nem sequer podem passar. Cercadas de arame farpado, só os alemães, os americanos, ingleses e outros ali podem permanecer..."

POR UMA REUNIÃO MAGNA

João Sarmento Pimentel

Quando nos idos de 50 mercê da ONU, pude ir de novo a Portugal, tive ocasião de visitar na cidade do Porto o nobre e famoso jurista Dr. Antonio Pinto de Mesquita que fora amigo de meu Pai e correligionário e companheiro de meu avô Francisco Pavão, prócer e regenerador, continuando pelos anos fora a manter relações de boa amizade os nossos parentes, já a política era da República. Homem da mais alta inteligência e grande cultura alicerçada nos princípios do liberalismo herdado do Cêrculo do Porto e dos patuleias. Espírito tolerante com aquelas noções do Direito, da Liberdade, da Justiça que, como notável advogado defendera e praticara mais de meio século, dialogava com os do seu estalão social no velho burgo.

Haviam de recordar-se as célebres escolas dos filósofos e artistas atenienses, já que ali pontificavam um Antero de Quental, um Basílio Teles, Sampaio Bruno, Luis de Magalhães, Alves da Veiga, Ferreira da Silva, Gomes Teixeira, Duarte Leite, Guerra Junqueiro, os ricos armadores da Ribeira, comerciantes e banqueiros, grandes artistas como Silva Porto, Soares dos Reis, Teixeira Lopes, Antonio Carneiro, Artur Loureiro e toda aquela honrada burguezia tripeira que pelas noites amenas de Verão vinha até à Praça Nova espiarescer e comentar o acontecimento do dia e quanto se passava na Corte e no Mundo.

Quando lhe bati à porta da casa que fora de Ricardo Severo, ali nas redondezas do Hospital Militar, devia Pinto de Mesquita beirar os noventa anos, mas estava lucido e atento à vida política de Portugal como nos afastados tempos das suas actividades partidárias. Recebeu-me carinhosamente e interessou-se pela minha peregrinação que lamentava não ver ainda terminada, mas supunha próxima do fim, "pois O DONO DO GOVERNO não era eterno, embora alguns todos e muitos que não pensam no dia de amanhã assim o considerem."

"Esse suposto milagre da eternidade do Salazar nem a Senhora de Fátima o vai fazer, to atianço eu que sou católico, apostólico, romano. Depois não ignorar que mesmo estas autocracias matusalemicas não escapam aos repentes do imprevisível, como sentenciava Rui Barbosa. Nem o ditador, nem os seus colaboradores até hoje, e já vão quase duas dúzias de anos, trouxeram a público tão momentoso problema, cujo é o governo que vai suceder a este que aí está. Vivemos assim na incerteza e no temor dum período anárquico como remate a esta aventura onde, para salvar não sei bem o quê perdemos a maior das regalias políticas que um cidadão ama e defende: — a Liberdade. Não assistirei ao último ato desta tragédia, porque pouco tempo me resta para ir dar contas a Deus. Mas os meus filhos..."

E depois de me olhar como juiz que dita uma sentença rematou: — "O Governo que houver de repor o Estado dentro daquela Ordem que, para um jurista ou um cidadão consciente de seus direitos, nunca será o das baionetas, mas eleito pelo voto do povo, terá trabalho árduo e cheio de tropeços."

A lembrança da minha entrevista com aquele ilustre representante duma época anterior à minha e fora, em muitos aspectos, modelo da dignidade da pessoa humana, sugeriu-me à urgência de se pensar na herança que vão deixar os quarenta anos de ditadura aos portugueses, deste último terço do século XX, e no modo de estabelecer o que chamariamos a CELULA MATER da 2ª República.

Possuido da mentalidade filipisca

de domínio castelhano da Nação, da qual se apossou totalmente por golpes maquiavélicos sucessivos, o ditador a par dos crimes hediondos que fez executar pelas várias polícias e guardas pretorianas da ocupação militar, cometeu um outro em profundidade que é o de exilar milhares de criaturas válidas, fugidas à crueldade da "Pide" e da fome, e se encontram espalhadas por esse mundo além e muitíssimas mais que vivem exiladas na própria terra natal ou nos campos de concentração ou nas masmorras políticas. E' nessa maioria de cidadãos, livres na sua rebeldia de verdadeiros patriotas, embora presos e algemados de várias maneiras pela tirania fradesca do paternalismo hipócrita, que se escolherá a elite dos governantes de amanhã. Esses políticos das novas gerações, esses valores intelectuais, técnicos, profissionais, morais, filosóficos, existem. Não os pode matar a todos o tempo e a "Pide" e a guerra. Embora o ditador faça espalhar em todo o Orbe pelos mais diversos e disfarçados agentes do "S.N.I." que eles são comunistas e constituem ameaça terrífica à família, à religião, à propriedade (mentira tão deslavada que só os lorpas de todo ainda creem) eles serão os escolhidos, eles serão os eleitos pelo movimento redentor que se aproxima dia a dia.

As últimas eleições, ou melhor, o mês anterior à costumada farça eleitoral mostrou que há várias correntes políticas dentro da Oposição. Os católicos, os monárquicos liberais, os socialistas moderados, os da esquerda, republicanos da velha guarda, constituem diversos grupos ou partidos com todo o direito de serem ouvidos e chamados a tomar parte na organização do Poder que garantirá a Lei, a Liberdade e a Justiça para todos os portugueses. Cada um desses partidos tem o seu programa, o seu ponto de vista doutrinário sobre o exercício da Democracia, sobre a futura Constituição.

Se não houvesse censura e se existisse em Portugal um mínimo de liberdade de reunião para amplo diálogo entre quantos se interessarem pelo futuro da Pátria, fácil seria a revelação dos valores a cotejar para aquele arranjo de equilíbrio político pré-eleitoral. Como já se perdeu toda a esperança da situação vigente evoluir, a não ser para extremos ainda mais opressores e mais cruéis, sugiro que cá fora iniciemos consultas entre as diferentes correntes de opinião, que não são mais que aquelas que em Portugal enfrentaram momentaneamente a onipotência do fradilhão de Santa Comba. Um congresso dos exilados políticos e emigrados portugueses do Continente Americano e representantes dos que da Africa, da Metrópole, da Europa aqui pudessem vir e onde cada um expusesse livremente a sua opinião, dizendo qual o caminho que lhe parecia melhor para restauração da República e da Democracia em Portugal.

Aqui fica a sugestão. Marquem com antecedência o mês, dia, hora, local, e eu também lá estarei.

RADIO VOZ DA LIBERDADE

Ouça a emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional às quartas e sábados, a partir das 0,15 (hora de Portugal) em ondas curtas de 25 31 e 49 metros e médias de 230 e 320 metros.

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

OUÇA A RÁDIO PORTUGAL LIVRE

(hora de Portugal)

Diariamente das 8 às 8,30 em 50 metros; das 20 às 20,30 e das 22,13 às 22,43 em 32 metros; e das 24,30 às 0,50 em 30,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13,30 em 19,20 25 e 26 metros.

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

AL
CO
na
mão
opu-
cisa-
no
alista e
para
alista e
tá pre-
lo país.
lidarier-
mos da
lizamos
e de
pre-
ritmo
ito ani-
volta-
rior de
de re-
io pró-
elhor o
strução
tências
os, nas
copold-
anteche
e sim-
jeizos
à cau-
angos-
uas as-
pé pa-
fensiva,
a o co-
a o co-
tra to-
coberto
tra an-
rêsia da
mocrá-
or que
de vem
m pelo
lazaris-
ova di-
elegue
ca que
senta a
ização:
rnando
opes e
do de
co Pi-
ho da
Secre-
Gomes
e A.

Pela amnistia e contra a repressão

JULGAMENTO DE CONCEIÇÃO MATOS

Maria da Conceição Matos a cujo comportamento heróico "Portugal Democrático" se referiu num dos seus últimos números, foi recentemente julgada e condenada pela justiça fascista. A sua ativa e digna conduta perante o Tribunal Plenário foi uma confirmação de que se trata realmente de uma patriota a que nem vexames, nem ameaças ou violências podem abater o ânimo.

A sala do tribunal encheu-se a transbordar no dia da audiência. Do Barreiro, onde Maria da Conceição Matos vivia, veio muita gente, embora apenas poucas pessoas fossem autorizadas pela PIDE a entrar na acanhada sala onde vários lugares já estavam previamente ocupados por gente da polícia. Conceição Matos apareceu escoltada pelo esbirro Sardinha e pela conhecida vírgo Esmeralda.

O juiz, numa desastrada tentativa de fazer "espírito" procurou humilhar a ré, perguntando-lhe logo de início: "Quando a puseram em soutien e calças ficou em bikini não foi?" Mas Conceição Matos repeliu a provocação insolente: "Não sei o que isso é" e, tomando a palavra, fez perante o tribunal uma verdadeira profissão de fé democrática, criticando com veemência o fascismo e a trágica exploração a que é submetido os trabalhadores portugueses.

A maioria das testemunhas da PIDE não compareceu, enviando depoimentos escritos. Uma das raras que se apresentou, caiu em contradições ao ser interrogada pelo advogado Correia da Mota, que fez uma brilhante defesa, exaltando as qualidades morais e patrióticas de Conceição Matos.

Entretanto, como era inevitável, MARIA DA CONCEIÇÃO MATOS foi condenada. A pena foi de 18 meses de prisão.

AGOSTINHO SABOGA DOENTE

Além de VARELA GOMES e ROLIM, cujos estados continuam a inspirar sérias preocupações, outro patriota encarcerado nos presídios fascistas encontra-se gravemente doente: AGOSTINHO SABOGA. No dia 13 de março rebentou-lhe inesperadamente uma úlcera estomacal. Saboga não se apercebeu logo do fato, pois há muito que vinha experimentando grandes dores. Só há noite, em face de violenta hemorragia, chamou o enfermeiro do presídio. No dia seguinte veio o médico. Mas este, outro carrasco, recusou-se a atender ao pedido de internamento feito pelos companheiros do doente. No mesmo dia, às seis e meia, após nova hemorragia, Saboga desmaiou. Com receio de um desenlace fatal, o diretor da prisão e o médico consentiram então na transferência e às oito e meia era, finalmente, conduzido ao hospital da vila de Peniche, pois devido ao seu estado de fraqueza se temia que não aguentasse a viagem até Lisboa. Entretanto, não havia sangue no hospital para a indispensável transfusão. Teve de seguir nessa mesma noite para Caxias onde chegou cerca da meia-noite, acompanhado de um enfermeiro.

PRISÕES E TORTURAS

O jovem ANTONIO ROSADO SOMBREIREIRO, detido a 23 de junho do ano passado em Benavila, foi posto em liberdade ao fim de seis meses de prisão. Detido pela GNR de Aviz, foi conduzido para Lisboa no mesmo dia. Seguiram-se nove dias de interrogatórios, entremeados de espancamentos. Passou fome e não o deixaram dormir. No dia 1 de julho foi para Caxias, mas a 15 de setembro foram buscá-lo novamente e viu-se submetido outra vez à tortura. A tortura do sono prolongou-se dessa vez por 14 dias, dos quais três de estatura e privação de ali-

mentos. Durante algumas das cenas de espancamento despiram-no para mais facilmente tentarem desmoralizá-lo e chegaram a ameaçá-lo de morte, prometendo-lhe porém, a liberdade caso falasse. Em determinado momento, não suportando mais aquilo, reagiu fisicamente, o que determinou maior violência ainda da parte dos espancadores, com destaque para o esbirro Serra.

Antes da prisão, Sombreireiro era um jovem saudável; agora é um homem precocemente envelhecido e que não consegue realizar em condições normais o seu trabalho de praticante de serralheiro.

Entre as últimas prisões realizadas pela PIDE, temos notícia das seguintes: ANTONIO LUIS MONTEIRO, professor do Liceu Camões; ARTUR MONTEIRO; e PEDROSA DA MOTA.

OPERAÇÕES STOP

A PIDE, com a colaboração da PSP, da Polícia de Trânsito e da GNR continua a realizar as famosas operações "Stop" destinadas fundamentalmente a prender elementos por ela procurados e a amedrontar a população em geral.

Recentemente, numa dessas operações, levada a efeito pela PSP, com postos estabelecidos em três entradas da cidade de Lisboa, foram detidos e revistados numa só noite nada menos de 1.674 veículos. Noutra, efetuada de Cascais a Oeiras, foram detidos, em quatro postos, 2.065 automóveis e caminhões. Sabe-se que um elemento cuja identidade a Polícia se recusou a revelar, foi preso no decurso da operação por não haver apresentado documentos de identificação pessoal.

Mensagem aos Trabalhadores

Por ocasião da passagem do 1.º de Maio, a União das Mulheres Portuguesas do Uruguai dirigiu a seguinte saudação aos Trabalhadores de Portugal:

Queridos Irmãos:

Neste 1.º de Maio, queremos que chegue até nossa magnífica Classe Trabalhadora, a mais sentida homenagem deste grupo de portuguesas que apesar de estar há muitos anos fora da nossa querida Pátria, sente, com uma extraordinária responsabilidade, os problemas que dizem respeito a vossa luta pela Felicidade, Liberdade e Paz!

Nós, estamos identificadas com a vossa ação dentro do país e temos uma infinita confiança nos vossos objetivos para liberar o nosso Povo, do pesadelo que suporta há 40 anos!

O nosso maior desejo é poder transmitir-lhes a grande solidariedade que os Povos da América sentem pela vossa luta, porque também Eles, e especialmente a Classe Operária, compreendem que para lograr o progresso dos Povos é necessário liquidar para sempre a exploração do homem pelo homem!

Há 80 anos que os 5 valentes de Chicago, foram sentenciados a morte por lutarem pelas 8 horas de trabalho e na nossa Terra, torturada pelo fascismo, ainda se luta por essas 8 horas de trabalho e existem martires como a nossa inolvidável, CATARINA EUFEMIA!

Nós sabemos, queridos Compatriotas, que o 1.º de Maio não é um dia de festa para os trabalhadores, senão um dia de luta e de homenagem Aqueles que tem caído no "Caminho Vitorioso" e estão sofrendo as terribes sequelas da opressão de um governo que foi criado e é mantido para explorar a classe produtiva do nosso país!

Leia:

"Missão em Portugal", de Alvaro Lins

"Ibéria, Anistia, Revolução", de Jonas Negalha

"Salazar Visto do Brasil"

"Angola Através dos Textos"

"Os Últimos Dias do Fascismo Português", de Maria Archer

"Quando os Lobos Julgam", (a defesa de Aquilino Ribeiro)

"A Resistência em Portugal" crônicas de Dias Coelho, patriota assassinado pela PIDE.

PEDIDOS A NOSSA REDAÇÃO

A vossa trágica situação de operários e a vossa luta para superá-la, são conhecidas nestes longínquos países, através duma campanha continua de divulgação, especialmente pela publicação "Los trabajadores y la dictadura en Portugal", editada pela nossa Instituição!

Desejosas de voltar ao nosso querido Portugal o mais breve possível, vemos com grande alegria a vossa ação unitária e o vosso grande interesse em desenvolver e fortalecer tal unidade com uma organização responsável e definida!

Neste 1.º de Maio desfilarão junto aos trabalhadores de Uruguai, com o nosso pensamento em todos que lutam no nosso país, pela libertação económica e social dos trabalhadores do Mundo e denunciaremos a opressão, a miséria, o obscurantismo e os crimes de que são vítimas os melhores filhos de Portugal, tornando o Dia Internacional dos Trabalhadores numa manifestação contra a guerra em Angola, Moçambique, Guiné, contra as "medidas de Segurança", os salários baixos, a vida cara e exigiremos a Liberdade de todos os presos políticos!

Viva o Dia Internacional dos Trabalhadores!

Viva a Unidade da Classe Trabalhadora!

Viva a Família Democrática Portuguesa!

Unidos Venceremos! Portugal será Libertado!

O 1.º DE MAIO EM S. PAULO

No dia 1.º de Maio, democratas portugueses reuniram-se no Centro Republicano de São Paulo num almoço de confraternização, para comemorarem a passagem da Festa dos trabalhadores. Presidiu o sr. Capitão João Sarmento Pimentel que, no final, usou da palavra para aludir ao significado da data e prestar comovida homenagem aos trabalhadores portugueses e a quantos, de um modo geral, se batem em Portugal pelo derubamento do fascismo.

Falaram também os nossos companheiros Barradas de Carvalho e Miguel Urbano Rodrigues, tendo o primeiro feito um histórico das lutas travadas nos últimos anos no 1.º de Maio, acentuando que hoje a data se transformou, com o 5 de outubro, na maior e mais significativa jornada nacional de luta contra o fascismo.

A PONTE DO DIABO

Francisco Vidal

Inaugura-se este ano a ponte sobre o Tejo.

Velha aspiração dos lisboetas, direi mesmo de todos os portugueses, trata-se de obra de vulto, uma das poucas que a Ditadura, em quarenta anos de poder absoluto, conseguiu levar à frente. Não minimizaremos a importância do empreendimento, que certamente virá valorizar em muito a margem sul do Tejo, embora também não entremos no mérito das condições do contrato feito com a empresa construtora, que parece ter cláusulas leoninas...

A ponte sobre o Tejo será evidentemente inaugurada com embaixamento em arco, não se cansando os habituais escribas pagos a tanto por linha de louvaminhar um governo que conseguiu, após tantos anos de congelações, levar a efeito uma obra desejada por tantas gerações desde priscas eras e sempre relegada para "melhor oportunidade".

Ao que parece a ponte leva o nome do seu "autor intelectual", como sói dizer-se no Brasil, o negregado e sebento homenzinho que há quatro décadas detem em suas mãos sedentas de poder os destinos da nossa pobre Pátria. Será pois conhecida como a "Ponte do Diabo" e espero que assim seja um dia oficialmente cognominada, com o que se confirmará o que já hoje anda na boca do povo. A sua inauguração fará por certo parte das comemorações do 77.º aniversário do tirano que desta vez, e vencendo a sua "natural modestia" que nada mais é que complexo de inferioridade, "permitiu" que os seus áulicos dessem o seu nome à obra máxima da Ditadura.

Não creio que seja motivo de grande alegria a construção de tal obra, nas atuais condições de Portugal e dos portugueses, como não acredito que as autoestradas alemãs, obra máxima de outro colega do "diabo de Santa Comba", o nunca suficientemente detestado Fuehrer, fosse igualmente motivo para manifestações de alegria e de exaltação a um regime de força. Se é verdade que as obras do nacional socialismo, em especial as tão saladas autoestradas, são ainda hoje objeto de admiração, não podemos esquecer que elas foram produto de um governo que calcou aos pés todos os direitos humanos, encarcerando e assassinando os milhões de pessoas que "apenas" divergiam de suas opiniões ou que, pela sua raça — como no caso dos judeus — eram consideradas "inimigos natos" dos que, de maneira absoluta, eram os donos da verdade.

Em Portugal, embora não se tenha chegado a tanto, até porque seria impossível assim proceder pois um genocídio de tais proporções acabaria conosco, tão pequena é a população portuguesa, a verdade é que também a ponte sobre o Tejo, a Ponte do Diabo como estou certo que será conhecida por secula seculorum, é obra de um governo para o qual os direitos do Homem são letra morta e que, nos tempos presentes e perante a benevolência, se não a alegria, dos países chamados de "democráticos", iniciou e mantém uma guerra colonial que é um verdadeiro genocídio não somente em relação aos que combate, aos patriotas angolanos, guineenses ou moçambicanos, mas também em face dos próprios portugueses, que sacrificia mandando-os servir de "carne de canhão" numa luta que outra finalidade não tem que a de manter, e se possível aumentar, os gananciosos interesses dos grupos oligárquicos que há muito mandam a seu bel prazer em nossa Pátria.

Por isso a inauguração da Ponte do Diabo não pode ser para os por-

tugueses motivo de satisfação; os que a ela assistirem certamente se lembrarão que a Ditadura, sob cuja égide foi construída, os mantém longe de tudo, encerrados num misto compulsivo, alheios a todos os direitos, afastados de qualquer decisão.

E, quem será o primeiro a atravessar a Ponte do Diabo? Certamente o próprio Diabo em pessoa. Irá de automóvel ou simplesmente, como se dizia nos meus bons tempos de liceu, a pedibus calcantibus? Ah quem pudesse fazer-lo passar a ponte... a pé...

CARTA DE UM DESERTOR

Publicamos hoje mais uma carta de um oficial português que se recusou a participar da guerra colonial que o fascismo move aos povos da Guiné dita portuguesa, de Angola e de Moçambique. Desta vez, porém, não se trata de um depoimento divulgado no exílio. A carta do tenente Cassiano Bessa foi dirigida diretamente ao comandante da unidade metropolitana onde prestava serviço, o Regimento de Caçadores Paraquedistas, em Tancos. Este, um tal coronel Rebêlo foi suficientemente bronco para mandar afixar na sede da unidade, bem à vista de todos os seus membros, o documento pelo qual o tenente Cassiano Bessa manifestou a sua decisão de não servir o fascismo e a sua criminosa política colonial. Cedo se arrependeu da sua iniciativa em face da admiração que o gesto do jovem oficial desertor causou entre os seus camaradas de farda.

A carta é do seguinte teor: "Senhor Comandante do Regimento de Caçadores Paraquedistas — TANCOS.

"Sabe o Sr. Comandante que entrei eu para a Academia Militar com o coração cheio de desejo de ingressar no corpo de oficiais das Forças Armadas para defender Portugal e o Povo Português dos seus inimigos.

"Mas com o tempo pouco a pouco fui vendo e descobrindo que o Exército Português não defende o Povo que o sustenta mas defende sim um grupo de capitalistas e milionários que exploram a Nação e o Povo a um ponto vergonhoso.

"Acho ainda que nenhum oficial que tenha o desejo de ser patriota e honesto, poderá continuar de braços cruzados perante um governo de tirania e miséria que é o governo do velho e nojento Salazar.

"Não poderia eu também nunca partir para a Guerra em Africa, uma guerra cruel contra gentes que apenas querem viver na Paz, na independência e no progresso, guerra essa que não é do interesse do Povo Português mas sim só serve para enriquecer ainda mais os exploradores de Portugal.

"Por tudo isto resolvi desertar. E assim, pondo os interesses da Nação acima do nosso Regimento e do Paraquedismo que tanto amo e deixando para trás a boa vida que levava, enfrentarei as dificuldades do futuro, lutando por um Portugal melhor e verdadeiro".

"Pela salvação da nossa Pátria. Cassiano Bessa (Tenente de Infantaria Paraquedista)".

Notas e Comentários

(Conclusão da pág. 3)

li. Entendem os comentaristas do Financial Times e os financeiros da City, com o beneplácito do sr. Wilson, que o governo português e os capitalistas proprietários do referido oleoducto nada têm com os diferendos entre o Reino Unido e as suas colônias... Estranho "bloqueio" o estabelecido por Londres em que estamos, pelo visto, prestes a assistir a esse ato de pura farsa que será a potência que realiza o bloqueio pagar com a outra mão aos "bloqueados" os prejuízos que lhe está causando, pois mais de um terço do capital investido no oleoducto é de origem rodesiana... Enfim, para que a comédia seja completa, o Joana V já descarregou, ao que parece — apesar do sigilo simultâneo de Lisboa, Londres e Salysbury — o petróleo que transportava. As comadres entendem-se.

Quem não está de acôrdo, evidentemente, com o rumo dos acontecimentos são as nações africanas. Trinta e um países do Continente propuseram ao Conselho de Segurança no dia 12 de Maio o total isolamento da Rodesia, da África do Sul, de Angola e de Moçambique em conformidade com as disposições da Carta da ONU. A iniciativa, patrocinada oficialmente pela Argélia, pelo Mali e

ENGRADADOS COMO GADO

A imprensa internacional continua cheia de pequenas notícias locais sobre as condições sub-humanas em que viajam os emigrantes portugueses que abandonam o "paraíso" salazarista em busca de salários que lhes permitam viver. Os sofrimentos desses trabalhadores atingem tais proporções que até o jornal monárquico-fascista ABC, de Madrid, se referiu recentemente ao assunto, publicando a respeito a notícia que abaixo transcrevemos:

"...A saída de Burgos, na estrada de Madrid a Irun e a caminho da fronteira, voltou-se o camião... B 131288, pertencente a Luis Olano Telleria, residente próximo de Toulouse. Resultaram deste acidente: 1 morto e 8 feridos, todos de nacionalidade portuguesa, e que desejavam passar a fronteira clandestinamente, escondidos num camião que simulava transportar madeira. O camião, ao tentar evitar o choque com um carro de turismo, parou junto a uma fábrica, perdeu a estabilidade e voltou-se

Como consequência do acidente, descobriu-se que transportava um grupo de portugueses dentro de embalagens de madeira!

Alberto Artur de Souza e Silva, electricista, morreu em consequência dos ferimentos. Tinha apenas 21 anos...

Os restantes ocupantes fugiram precipitadamente, sendo depois presos 12 de entre eles, ligeiramente feridos. Todos apresentavam um aspecto deplorável. Segundo declararam, havia três dias que não comiam...

A conclusão a tirar só pode ser uma: os trabalhadores portugueses estão dispostos a tudo inclusive a viajarem enjaulados como gado, para fugirem à miséria económica e política da terra onde nasceram.

pela Uganda, membros do C. S. pede ao Reino Unido que derrube o governo racista de Salisbury pela força. O projeto, que se baseia no capítulo 7.º da Carta, chama também a atenção do governo britânico para as "prejudiciais consequências das atuais conversações" anglo-rodesianas.

Quanto à ONU, a preocupação atual de Salazar parece saída de um pesadelo. Mostra-se o ditador interessado em provar que a Resolução do Conselho de Segurança que autorizou o Reino Unido a deter pela força, se necessário, os navios que levassem para a Beira petróleo destinado à Rodesia não tem qualquer valor porque a União Soviética e a França se abstiveram na votação. E em Lisboa, na sua loucura delirante, os plumitivos fascistas vão ao ponto de insinuar que neste caso Moscou está ao lado de Salazar...

Anverso e Reverso da Nova Fase da Luta

J. LOPES MENDES

Num artigo anterior sob a mesma epígrafe, defendemos a tese de que a nova fase da luta em Portugal se caracterizava não pela existência de uma crise revolucionária mas pela aproximação da crise revolucionária. Nesta fase intermédia devido ao desequilíbrio e déficit das condições subjetivas às objetivas ser ainda considerável e notório, a prioridade e o peso maior relativo da atividade revolucionária, no seu conjunto, centralizam-se todavia na utilização e emprego das formas de luta reivindicativas e políticas.

No plano imediato o fator político tem uma força e um valor superlativos indiscutíveis. Mas tanto as formas superiores de luta política como as reivindicações económicas quotidianas, por estarem articuladas por um nexo intrínseco ao objetivo estratégico do levantamento nacional, assinalam já uma acentuada tendência ao polimorfismo e aparecem numa tónica nova e radical.

Nesta etapa de transição das formas de luta — em que umas pugnam por prevalecer e outras apenas alorram — a Oposição não está efectivamente em condições de envolver pelo caminho da insurreição armada sem correr sérios riscos.

A luta política em Portugal é pois, e o será mais ainda num próximo futuro, a força principal, a força propulsora capaz de mobilizar e educar o povo no espírito revolucionário, de o disciplinar e unir. O instrumento e o veículo que adubará o campo para o florescimento e desenvolvimento pleno da superioridade moral e estratégica das massas que, num sacudimento imenso, o vértice da agitação social atinja o ponto, quando as massas estejam já convencidas da sua invencibilidade e o inimigo se mova em dificuldades crescentes. É aqui quando realmente surge a crise revolucionária.

Mas muito antes, nas vésperas da crise, o movimento de massas terá que arremeter simultânea e fortemente contra os diques da repressão e os da rotina militante, esfacelando pelo seu próprio impulso dinâmico a inércia e o uniformismo táticos, impondo às lutas políticas uma tónica nova e multiforme, ora pacífica ora violenta.

Esta tónica nova e bifronte, a nosso ver, será, e é já consequência natural e inevitável do processo de radicalização das lutas e da sua transmutação paulatina e intermitente em ações de auto-defesa ativa e surge do enfrentamento reiterado e crescente das massas contra o aparelho repressivo e do Estado fascista.

O aparecimento esporádico de ações de auto-defesa ativa e de operações táticas ofensivas, mais ou menos profundas e violentas — que em nada colidem com a prioridade da luta política — precisamente a forma nova e especial de que se revestem as lutas de massas no período prévio à crise revolucionária: as dores de parto que anunciam o momento crucial da metamorfose que dará nascimento a uma fase superior — a da luta armada aberta e frontal contra a ditadura.

Entretanto, estas ações de novo tipo produzem efeitos altamente positivos se se realizam com precisão e sentido de oportunidade no marco global da luta de massas e no decorrer do fluxo unitário. Por um lado, temperam e armam as massas, preparam os quadros, criam um clima geral de ardor combativo; e, por outro, espalham confusão e pânico nas hostes inimigas, facilitando a coesão potencial e orgânica das forças anti-fascistas, e o trabalho revolucionário dentro dos setores mais indecisos e cautos, incluindo as forças armadas, setores que só se decidirão pelo causa do povo quando o pêndulo da balança oscilar favoravelmente, quando, por uma causa ou por outra, sejam objetivamente impelidos a intervir na refrega.

As lutas de massas, as lutas políticas multiformes, são o campo, o

crisol donde se forjam as formas superiores ofensivas. Quando o objetivo é o levantamento popular, armado, as lutas políticas levam dentro de si o germe da luta armada, embora, durante um período mais ou menos longo, se manifestem por formas diversas não violentas.

Assim como toda a causa tem ou provoca um efeito determinado equivalente no espaço e no tempo, assim a estratégia cria e condiciona as formas téticas em espaço e tempo. Formas que vão surgindo e resurgindo sob novas facetas na medida em que é maior ou menor a distância que as separa da meta revolucionária, na medida em que as condições estão maduras para as sucessivas mutações.

ESTUDANTES PRESOS

(Conclusão da pág. 1)

tensa repressão da polícia e que os jovens indefesos foram e continuam a ser submetidos à tortura do sono (dez dias sem dormir), à tortura da "estátua" (permanecer de pé durante vários dias) e a agressões físicas. E foram igualmente submetidos a métodos psicológicos de coação que em certos casos também foram aplicados aos familiares e amigos das vítimas.

A Nação deve estar consciente de que o seu dever imperativo é prosseguir no caminho da abolição real desses métodos e do respeito pela observação rigorosa dos direitos acima enumerados e que a sua norma moral é produto da história dos povos e surge como a expressão de todas as correntes da opinião pública cujo objetivo é o bem estar e a emancipação do homem, assim como o objetivo de todas as tendências religiosas de que participa a doutrina oficial da Igreja Católica Romana, como foi proclamado na última encíclica.

Dirigimo-nos à Nação, único juiz legítimo das nossas ações, neste momento dramático para ela e para nós, quando sentimos o peso das responsabilidades que nos assistem na defesa dos direitos e interesses básicos e da honra do País — uma defesa que transmitimos à posteridade juntamente com a nossa inquebrantável confiança no destino da humanidade, afirmando a todos os portugueses que, por maior que seja a crueldade do Governo para conosco não abandonaremos jamais a luta que iniciamos. Apelamos para eles, independentemente da suas convicções políticas ou religiosas para que cumpram o seu dever, lutando a nosso lado.

COMITÉ PARA DEFESA DAS LIBERDADES

Sob propostas de alguns de seus membros, o Comité para a Defesa das Liberdades em Portugal, reuniu-se extraordinariamente em Paris, no dia 2 de Maio para discussão de vários problemas internos e regularização da vida da entidade. Após vivas intervenções de todos os participantes foram aprovados os estatutos e eleita a nova direcção, cuja constituição é a seguinte: dr. Ramos da Costa, presidente; Velga Pereira, Julio Inacio e Tomas Rato, secretários.

A nova direcção e o Comité no seu conjunto propõem-se intensificar as actividades do organismo em apoio à luta democrática em Portugal e nesse sentido apelam para a colaboração dos democratas portugueses residentes em França.

UM EXITO EDITORIAL:

Portugal e o fim do Ultra - Colonialismo

— de Perry Anderson

TREMENDO LIBELO, CONTRA O FASCISMO E O COLONIALISMO

À venda nas livrarias
Pedidos à Civilização Brasileira
Rua 7 de Setembro 97, Rio de Janeiro

HOMENAGEM À MEMÓRIA DE DELGADO

Realizou-se em Montreal, no Canadá, um ato público de homenagem à memória do general Humberto Delgado, na noite de 14 de abril p.p., isto é exatamente um ano após a descoberta em Vilanueva del Fresno dos cadáveres do general e de sua secretária Arajaryr Campos.

A solenidade efetuou-se num salão da Settlement University e nela usara mda palavra Henrique Tavares Belo, diretor do "Luso Canadense"; José das Neves Rodrigues; e o jornalista Yvon Turcot, que foi expulso de Portugal pela FIDE. Associaram-se ao ato, enviando telegramas, entre outras personalidades, o ex-primeiro ministro John Diefenbaker, líder do Partido Conservador; Tommy Douglas, líder do Novo Partido Democrático; Claude Jodoin, presidente do Congresso do Trabalho do Canadá; e Therese Gasgrain, presidente da organização pacifista "Voz das Mulheres do Canadá".

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura
SUCURSAL

RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 — Tel.: 43-0202

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 819 — 1.º

CURITIBA: A. Ferrer — Rua João Pessoa, 67

LONDRINA: Julio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141

PELOTAS: Heltor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 —

Pelotas — Rio Grande do Sul
INGLATERRA: Portuguese And Colonial Bulletin — 10 Pentiman Road, London, S.W. 8

BRUXELAS: Carlos Siqueira — Rue Jolly, 77 Schaerbeek — Bruxelles 3

HOLANDA: ANGOLA COMITE — Vinkenstraat 13 — Amsterdam — C.

CANADA: Portuguese Canadian Democratic Association 10 — Eden Place Toronto 2B — Ontário

A. dos Santos
7564 d'Outremont Ave. — Apt. 1
Montreal 15, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casila de Correo n.º 2.128 — Distrito 5 — Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovní Urada — Praha

FRANÇA: Grupo de Amigos de "Portugal Democrático" — 29, Rue St. André des Arts. — Paris — 6.º eme.

REDAÇÃO:

Rua Conselheiro Furtado, 191
Sala 2 — Tel.: 37-0933 — São Paulo
Caixa Postal 6248

EXPEDIENTE:

Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Número avulso . . . Cr\$ 100
Assinatura anual . . Cr\$ 1.500

ANO X — N.º 107 — Junho 1965

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

Canadá:

Terceira Conferência Americana Pela Anistia aos Prêsoes Políticos

No próximo Outono realizar-se-á em Toronto, no CANADÁ, a III Conferência Americana para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses. No artigo que hoje publicamos, Guilherme Antunes dos Santos, democrata português residente naquele país e que já presidiu à Portuguese Canadian Democratic Association, refere-se aos objetivos do certame e revela importantes aspectos ligados à sua organização.

"Portugal Democrático", que tão intimamente esteve ligado à promoção da I Conferência, realizada em São Paulo, em 1960, e que participou da II efetuada em Montevidéu em 1961, através de membros da sua comissão de redação, aplaude desde já com entusiasmo os esforços desenvolvidos pelos democratas portugueses do Canadá para que a III Conferência atinja plenamente os seus nobres objetivos. A luta contra a repressão, nunca é demais acentuá-lo, é uma das mais eficazes formas de se combater o fascismo. Unamo-nos pois todos para transformar num êxito a Conferência de Toronto. Todos os pedidos de informações devem ser endereçados ao Portuguese Canadian Democratic Association, 322, Bathurst St. Toronto 2b, Ontário, Canadá.

Depois de São Paulo e Paris, onde se realizaram as duas primeiras conferências para a anistia dos presos políticos, cabe agora a Toronto, no Canadá, a vez de promover a mais expressiva manifestação antifascista da resistência no exterior. Os resultados palpáveis daquelas conferências animam-nos a enfrentar as dificuldades consequentes da organização da terceira, em terras da América do Norte. O acolhimento que nos tem sido dispensado pelas personalidades canadenses que temos abordado tem excedido largamente à nossa expectativa e embora tenhamos ainda que enfrentar alguns óbices de caráter técnico que não são de molde a afetar o seu curso normal, a constituição da entidade patrocinadora sugere-nos desde já a possibilidade de grandes conquistas políticas. Expressando entusiástica adesão aos objetivos da conferência, têm vindo até nós estudantes e professores universitários e trabalhadores de todas as profissões, na mais pura manifestação de solidariedade por todos aqueles que sofrem nas prisões de Portugal, pelo simples delito de lutarem por um IDEAL. A mobilização da opinião pública canadense entrou já na sua fase inicial. Cabe, no entanto, às organizações de resistência no exterior, alargarem tanto quanto possível o eco das suas atividades e colaborem estreitamente conosco para que se atinjam os melhores resultados.

A organização repressiva do fascismo português irá ser denunciada em termos irrefutáveis e o heroísmo dos que hoje vivem privados da liberdade será tema de vozes autorizadas. Serão dissecadas e trazidas à luz da verdade as aberrações jurídicas que permitem condenar cidadãos impolutos, sem que sequer se lhes conceda o direito humano de constituírem defesa em processos organizados por agentes policiais, sem a mínima noção do espírito da lei e das razões intangíveis que lhes assistem. Mas o que mais agrava a farsa da justiça fascista é o domínio que estes serventuários do regime exercem sobre a magistratura, impondo-lhe vereditos forjados nos corredores escuros da PIDE. De roupagem eufemisticamente democrática, esta lei aceita as interpretações mais díspares e desumanas, na medida em que o poder político as entenda mais convenientes. Cada preso político é envolvido em razões diferentes de interpretação da lei fascista para o pri-

var da liberdade. Atividades subversivas e atentados contra a segurança do estado são os grandes cavalos de batalha que a propaganda estonovista lança para absolver o poder judicial da ilegalidade das penas que atribui. Mas onde está na verdade, o sentido verdadeiramente humano que deve ser o fulcro da aplicação de todo o direito? Ele não existe em Portugal, desde que se impôs ao povo uma ordem política contrastante com a sua dignificação. É a força bruta assalariada por um governo completamente desvinculado de toda a tendência evolutiva das sociedades humanas modernas que exerce, efetivamente, a justiça em Portugal.

Juristas de renome e políticos identificados com os anseios de libertação do nosso povo irão juntar às nossas as suas vozes autorizadas. Aos olhos do mundo a imagem do nosso país nestes últimos fatídicos quarenta anos aparecerá mais dentro das suas reais dimensões. Foi uma terrível paragem na História dum povo que a compreensão de alguns atribui, por vezes, a razões tão superficiais que chocam pela má-fé que transmitem. Quarenta anos na história de um país, neste século de evolução rápida e desconcertante, significam bem mais que os simples reflexos exteriores que se manifestam no dia-a-dia da vida dum comunidade ou dum agregado nacional. Significam uma geração subjugada nas suas mais fundas raízes históricas; significam o seu divórcio de toda atividade construtiva no espaço político português; significam ainda que esta geração destruída pelas limitações impostas pelo regime verá condicionadas as suas possibilidades por razões de sobrevivência física. Os herdeiros históricos do fardo imensamente pesado que é a ruína espiritual e material em que o "Estado Novo" vai deixar mergulhada a Nação têm de enfrentar com desassombado realismo a necessidade de reconstrução radical. Mas a questão que se impõe à consciência de todos os portugueses é a da abnegação até ao sacrifício. É a exigência reclamada pela força imaneente do agregado nacional para que os setores da Nação mais depauperados encontrem, a curto prazo, condições mínimas de capacidade realizadora. E só pela entrega total num movimento de aceleração político e cultural sincronizado poderemos recuperar alguns decênios de neutralização das forças científicas e téc-

nicas mais aptas de contribuírem para a realização do imperativo nacional.

Tem sido o agravamento sempre crescente do fascismo, com todos os seus nefastos reflexos na vida das populações que domina a causa principal do recrudescimento da atividade repressiva do regime contra todos os cidadãos e organizações que lhe são desafetos. Quando milhares de homens e mulheres se predispõem a calcurear os difíceis trilhos da clandestinidade, sujeitando-se a todas as consequências previsíveis e imprevisíveis da aplicação discricionária dum lei sobre que assenta a inflexibilidade despótica do poder político, nós, os que, embora distantes dos locais de martírio, estamos intimamente ligados ao seu destino, não poderemos quedar-nos silenciosos perante o seu sofrimento.

A realização da III Conferência para a Anistia dos Presos Políticos Portugueses será o produto da abnegação de todos os que sentem no seu coração as desumanidades que atingem esses inesquecíveis obreiros da dignificação do nosso povo. É no Brasil que vive a maior comunidade portuguesa no estrangeiro e onde a organização política de resistência mais arduamente se tem manifestado. Esta conferência não atingiria a realização plena dos seus objetivos se a voz autorizada dos nossos companheiros do Brasil se calasse perante tão significativa manifestação de altruísmo e solidariedade. À imprensa portuguesa deste país cabe uma extraordinária tarefa de divulgação da conferência.

Alguns dos presos políticos têm mais de quinze anos de cativeiro sem intermitências e outros há que passarão mais de metade da duração da vida humana nas masmorras da PIDE. Filhos que se tornaram adultos privados da assistência paternal, esposas e mães que têm vivido longos anos afastadas da presença dos maridos, arrasaando no seu infortúnio o germe da revolta íntima permanente, são vítimas da sanha e do ódio de autênticos assassinos, a soldo de meia dúzia de dignitários da alta burguesia, ligada pelo cordão umbilical dos grandes interesses ao imperialismo internacional. A corrupção que caracteriza todos os organismos e pessoas ao serviço desta casta entrou já na fase final de decomposição e se as nossas vozes não clamarem estrondosamente contra o agravamento consequente da repressão que o capitalismo se dispõe a levar até a destruição completa dos seus opositores, muitas vidas perecerão, como presas fáceis, às mãos dos instrumentos do fascismo e seus aliados.

A nossa consciência de portugueses, cónscios das responsabilidades que nos assistem neste momento particularmente grave, impõe-nos toda a sorte de sacrifícios nesta tentativa de pressão sobre o regime fascista para que restitua à liberdade os homens e as mulheres que estão sendo cruelmente atingidos nos seus mais elementares direitos de dignidade humana.

A III Conferência para a Anistia dos Presos Políticos, pelo alcance dos seus objetivos extraordinariamente humanitários, não é uma organização de características políticas partidárias e por isso mesmo não é afetada por interesses de facção, estando aberta fraternalmente à colaboração de todos os antifascistas, indistintamente. Tornemo-la, pois, no melhor êxito da luta contra o regime.



Ultima Hora

Em liberdade Lindim Ramos, João Raimundo e J. Carreira

O povo português acaba de alcançar importante vitória com a libertação de três patriotas que se achavam encarcerados por motivos políticos: LINDIM RAMOS, JOÃO RAIMUNDO e JOAQUIM CARREIRA.

Orlando Lindim Ramos havia sido preso pela PIDE a 4 de agosto

J. P. DO URUGUAI E A MORTE DO GEN. DELGADO

A exemplo do que fizeram outros núcleos da emigração democrática portuguesa, a Junta Patriótica Portuguesa do Uruguai enviou ao magistrado espanhol encarregado do processo relativo ao assassínio do general Humberto Delgado uma carta exortando-o a levar as investigações até completa apuração dos fatos que provaram já ser a PIDE a autora do abjecto crime político.

O documento é do seguinte teor:

"Senhor Doutor Juiz José Crespo Marquez; Excelência; Os democratas portugueses residente no Uruguai têm o prazer de se dirigir a V. Exa. para lhe transmitir o seu aplauso pelas conclusões a que chegou na investigação que dirige sobre o brutal assassínio do General Humberto Delgado, ex-candidato à Presidência da República de Portugal. Essas conclusões vêm confirmar a tese sustentada pelos organismos responsáveis da Oposição Democrática Portuguesa no sentido de que o assassínio do General Humberto Delgado foi um crime premeditado e planejado pela polícia política do Governo Português (PIDE) cujos responsáveis devem ser denunciados e punidos de acordo com as leis espanholas pois foi nesse território que se consumou o horrendo assassinio. Nesse sentido, exortamos V. Exa. a prosseguir com as investigações e gestões necessárias.

Pela Junta Patriótica Portuguesa assinaram a carta os nossos companheiros Joaquim Aires, Joaquim Lopes Mendes, João de Oliveira Branco e Aurélio Branco Martins.

de 1960. Julgado em 1961, foi então condenado em quatro anos, seguidos das famigeradas "medidas de segurança". É médico.

João Raimundo, operário corticeiro, fora preso em 1959 e condenado em cinco anos com "medidas de segurança".

Joaquim Carreira, operário vitreiro da Marinha Grande, era dos três o que se achava preso há mais tempo. Detido em 1958 foi pouco depois condenado em quatro anos também com "medidas de segurança".

O simples fato de a PIDE não haver conseguido obter a prorrogação das "medidas de segurança" para manter presos estes três corajosos combatentes da causa anti-fascista mostra até que ponto são eficazes as campanhas nacionais e internacionais que se fazem contra o terror policial salazarista. Se é incontestável que a repressão se abate com toda a brutalidade sobre o povo português, não é menos verdade que as pressões externas e internas forçam Salazar a constantes recuos, obrigando-o, de quando em quando, a restituir à liberdade algumas das suas muitas vítimas. O êxito ora obtido vale por um estímulo trazido a quantos se vêm empenhando na luta pela libertação de JOSÉ VITORIANO E SOFIA FERREIRA. Arranquemos também esses dois patriotas das masmorras fascistas!

PORTUGAL DEMOCRÁTICO
R. Cons. Furtado, 191 — SP, Brasil
Endereços de Assinantes